



Segue para sanção mudança no acesso ao seguro-desemprego



Após quase cinco horas de discussão, os senadores aprovaram a primeira medida provisória do ajuste fiscal. Hoje serão votadas novas regras previdenciárias

Com protestos nas galerias do Plenário e críticas até de alguns senadores aliados do governo, foi aprovada ontem a Medida Provisória 665, por 39 votos a 32. Agora o desempregado terá de comprovar mais tempo de trabalho para pedir seguro-desemprego, além de frequentar curso de qualificação profissional. O abono salarial e o seguro-defeso também sofrem restrições.

Hoje e amanhã devem ser votadas outras duas medidas do ajuste fiscal que também perdem validade na segunda-feira. **3**

Com o resultado de 39 votos a 32 no painel do Plenário, sindicalistas nas galerias protestam contra as mudanças aprovadas pelos senadores

Comissão encaminha proposta de cadastro com menores desaparecidos 6

Torcidas dizem que modernização de estádios elitizou arquibancadas 7

Para parlamentares, Tombini vê cenário otimista

Com previsão de queda da inflação quase à metade, chegando a 4,5% no final de 2016, e retomada gradual do crescimento da economia ainda este ano, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, não conseguiu convencer os parlamentares na audiência em que defendeu ajuste fiscal. **4**

Senadores e deputados ouvem avaliação do presidente do Banco Central sobre a economia do país



Geraldo Magela/Agência Senado

Projeto socorre estado que perdeu receita de petróleo

Estados e municípios que perderam arrecadação com a queda do preço do petróleo poderão tomar empréstimos como antecipação de receitas sem os limites de endividamento previstos em resolução do Senado. Projeto nesse sentido foi aprovado ontem em comissão e vai ao Plenário. **7**

Comissão de Assuntos Econômicos acatou proposta dos senadores Marcelo Crivella e Rose de Freitas

Empresários recebem do Senado Diploma José Ermírio de Moraes 2

Ajuste não compromete Pátria Educadora, afirma Mangabeira 6



Marcos Oliveira/Agência Senado

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Início do tratamento de câncer em até 60 dias | Lei 12.732/2012

Quem tem uma vida pela frente não pode perder tempo

O Congresso aprovou a lei que dá direito a pessoas diagnosticadas com câncer iniciarem o tratamento em até 60 dias.

É o Parlamento trabalhando por uma saúde pública de qualidade.

Saiba mais em: www.senado.leg.br/agoraelei



Criação e Marketing

Cinco empresários receberam ontem o Diploma José Ermírio de Moraes, que tem como objetivo prestigiar os grandes empreendedores do Brasil. Antônio Ermírio recebeu reconhecimento póstumo

Senado faz homenagem a industriais de destaque

OS SENADORES ENTREGARAM ontem o Diploma José Ermírio de Moraes a cinco empresários de destaque no setor industrial. Foram homenageados Albano Franco, Carlos Alberto Sicupira, Nevaldo Rocha, Armando Monteiro Filho e João Tenório. Além disso, foi reverenciada a memória do empresário Antônio Ermírio de Moraes, morto em 2014 e filho de José Ermírio.

Disse o presidente do Senado, Renan Calheiros, que conduziu a sessão:

— O que os distingue é a capacidade de empreender, de identificar oportunidades, agregando valor a seu negócio, gerando empregos e colaborando para o desenvolvimento de nosso país. Todas essas virtudes podem ser resumidas na palavra empreendedorismo, que se constitui na força motriz do crescimento econômico. A cada ano, com esse diploma, valorizamos aqueles que creem na força do trabalho, na livre iniciativa e na determinação de ver o Brasil melhor.

Renan destacou qualidades de cada um dos laureados, em especial Antônio Ermírio, considerado um exemplo de empreendedorismo.

O presidente do Senado elogiou o ex-senador Albano Franco, que, além da participação na economia de Sergipe, atuou de forma intensa na política. Da mesma forma, destaca-se a atuação de Armando Monteiro Filho, empresário, engenheiro, ex-deputado federal, ex-ministro e pai do senador licenciado e atual ministro do



Senadores participam da sessão de entrega do Diploma José Ermírio de Moraes

Desenvolvimento, Armando Monteiro Neto.

Carlos Alberto Sicupira, lembrou Renan, é um dos líderes do setor industrial brasileiro no ramo de bebidas e criador da Fundação Estudar, que fomenta o desenvolvimento de lideranças por meio da concessão de bolsas de estudo a jovens. Nevaldo Rocha é criador do Grupo Guararapes e dono das Lojas Riachuelo. Também atua na construção de shoppings e na administração de empresas de cartões de crédito, “o que o torna um empresário completo”, segundo o presidente do Senado.

Bem comum

O outro homenageado foi o ex-senador João Tenório, atuante na indústria sucroalcooleira de Alagoas. Como parlamentar, lembrou Renan, João Tenório apoiou projetos para o crescimento da economia e a valorização dos trabalhadores. Foi ele o criador do Diploma José Ermírio de Moraes, ao lado

de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), em 2009.

Douglas Cintra (PTB-PE) é o presidente do Conselho do diploma e um dos responsáveis pela organização da homenagem e pela escolha dos laureados. Segundo o senador, o prêmio homenageia a memória do engenheiro, empresário, ministro da Agricultura e senador José Ermírio de Moraes, fundador do Grupo Votorantim e um modelo de espírito empreendedor e dedicação ao bem comum.

Integraram a mesa da homenagem, além de Renan e Cintra, o vice-presidente do conselho, José Agripino (DEM-RN); o ministro do Superior Tribunal de Justiça Humberto Martins; os ministros do Tribunal de Contas da União José Múcio Monteiro Filho e Walton Alencar Rodrigues; o ex-presidente do TCU Guilherme Palmeira; os prefeitos de Aracaju, João Alves Filho, e de Maceió, Rui Palmeira; e o ex-senador Teotônio Vilela Filho.

Sessão lembra importância da família Ermírio de Moraes para o país

Os agraciados com o Diploma José Ermírio de Moraes celebraram a memória da família criadora do Grupo Votorantim. O nome de Antônio Ermírio de Moraes, agraciado postumamente, foi homenageado de modo especial. Rubens Ermírio de Moraes representou o pai:

— Meu pai era um nacionalista convicto, acreditava no futuro do nosso país e tinha consciência das grandes necessidades da nossa sociedade.

Segundo ele, Antônio Ermírio acreditava na indústria nacional como motor do desenvolvimento. Rubens disse que o pai se dedicou e engajou até mesmo outros empresários na causa da educação de qualidade e gratuita. Ele mencionou o trabalho social, com a criação do Hospital Beneficência Portuguesa, em São Paulo.

Fernando Collor (PTB-AL)

salientou que o nome de Antônio Ermírio tornou-se sinônimo de empreendedor:

— Ele foi um homem à frente de seu tempo, que acreditava no poder da inovação como instrumento essencial ao desenvolvimento da sociedade.

Hélio José (PSD-DF) citou Antônio Ermírio como ídolo.

Homenageado, Albano Franco lembrou que o pai dele, Augusto Franco, e José Ermírio estiveram no Senado na mesma época, assim como ele próprio e Antônio Ermírio anos depois.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que a sessão fez justiça ao empresariado que tanto contribui para o desenvolvimento do Brasil.

José Agripino destacou que Nevaldo Rocha é exemplo de competitividade.

— Cumprimento todos como

heróis da resistência, como representantes de geradores de milhares de empregos, que enfrentam a concorrência interna e externa e a maior das adversidades, que é a inconstância das regras — disse Agripino.

Laureado com o diploma, o ex-senador João Tenório ressaltou a dificuldade de empreender no país, especialmente no Norte e Nordeste, “regiões abandonadas pelo governo”.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que João Tenório “orgulha e inspira”.

Armando Monteiro Bisneto, que recebeu o prêmio em nome do avô, Armando Monteiro Filho, registrou a honra, para a família, de ser agraciado. Para Humberto Costa (PT-PE), Armando Monteiro Filho marcou a história política e de desenvolvimento de Pernambuco e do Brasil.

OAB agradece a Renan por apoio a projeto que beneficia advogado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtado Coêlho, acompanhado do vice-presidente, Claudio Pacheco Prates, e de presidentes de seccionais estaduais da entidade. No encontro, Coêlho agradeceu a Renan pelo apoio a projetos que modernizam o sistema legal e, em especial, pela inclusão dos advogados no SuperSimples.

Ao entregar um diploma de reconhecimento ao trabalho de Renan, o presidente da OAB enfatizou também a aprovação do Código de Processo Civil, que classificou de “conquista da advocacia”:

— Estamos certos de que Renan Calheiros teve papel

fundamental e sensibilidade ao prestar apoio à classe.

Os representantes da OAB solicitaram ainda ao presidente do Senado uma sessão especial em comemoração aos 85 anos da entidade. A homenagem deve acontecer em novembro.

Também ontem, Renan recebeu juizes do Trabalho de Goiás. Eles pediram a aprovação do projeto de lei que cria 303 cargos efetivos no Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (PLC 32/2015).

Participaram do encontro com a entidade Ronaldo Caiado (DEM-GO), relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com voto favorável, e Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Adiados encontro com prefeitos e análise de vetos pelo Congresso

Foi adiada reunião que o presidente do Senado, Renan Calheiros, faria com prefeitos das principais cidades brasileiras na quinta-feira, quando apresentariam as principais reivindicações ao Poder Legislativo, assim como fizeram os governadores no dia 20. Nova data não foi divulgada.

Também não há nova data para a sessão do Congresso que aconteceria ontem para examinar cinco vetos sobre temas como fusão de partidos, Orçamento de 2015 e novo Código de Processo

Civil (CPC). Um dos vetos é o que rejeitou às legendas formadas por fusão o direito de receber por 30 dias filiados a outras legendas sem risco de perda de mandato. Entre os vetos parciais ao novo CPC, um item convertia ações individuais em coletivas para dar mais rapidez. Os demais itens são o veto total a projeto sobre campanhas de gestão de resíduos sólidos e o veto parcial à Lei 13.116/2015, sobre implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CE Futebol feminino

8h30 Audiência sobre o futebol feminino no mundo e no Brasil.

CI Sabatina para a ANTT

8h30 Sabatina de Sérgio de Assis Lobo para diretor da agência reguladora.

PRESIDÊNCIA Marcha de prefeitos

9h O presidente Renan Calheiros participa de painel sobre pacto federativo na 18ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios; às 14h, preside a ordem do dia.

CAS Auxílio-doença parental

9h Na pauta de 10 itens, projeto que institui o auxílio-doença parental.

CDR Parcelamento de solo urbano

9h Análise de texto que suprime o Incra do parcelamento do solo urbano.

CCJ Conselho Nacional do MP

10h Sabatina de Antônio Pereira Duarte para ser reconduzido ao órgão.

CPI Assassinato de Jovens

11h Comissão aprecia três requerimentos.

CDH Conselheiro tutelar

11h Entre 20 itens em pauta, proposta que unifica a data de eleição de conselheiro tutelar em todo o país.

PACTO FEDERATIVO Instalação

11h Instalação da comissão especial para aprimorar o pacto federativo.

PLENÁRIO MP 664

14h Debate e votação da MP 664, que altera regras da pensão por morte e auxílio-doença. A MP compõe o ajuste fiscal.

CPI DO CARE Reunião

15h Comissão analisa requerimentos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Medida provisória, que agora vai para a sanção presidencial, torna mais duras as regras para a concessão de benefícios como o seguro-desemprego e o abono salarial

Senado aprova primeira MP do ajuste fiscal

APÓS CINCO HORAS de discussões, o Senado aprovou ontem o Projeto de Lei de Conversão 3/2015, decorrente da Medida Provisória (MP) 665/2014. O texto é uma das MPs do ajuste fiscal e endurece as regras para a concessão do seguro-desemprego, do abono salarial e do seguro-defeso. O projeto agora vai para a sanção da presidente Dilma Rousseff.

Por acordo dos líderes, a ordem do dia de hoje foi antecipada para as 14h, quando o Plenário retomará a discussão da MP 664/2014, que estabelece novas regras para a concessão do auxílio-doença e da pensão por morte. Para amanhã, está prevista a votação da MP 668/2015, que eleva as alíquotas da contribuição para o PIS-Pasep e da Cofins na importação de bens.

Quando ao seguro-desemprego, as alterações obrigam a comprovar mais tempo de trabalho para ter direito ao benefício. A lei anterior exigia seis meses consecutivos de trabalho para que a pessoa pudesse requerer o seguro-desemprego pela primeira vez. Agora, só poderá ser solicitado inicialmente após 12 meses de trabalho. Pela segunda vez, a partir de nove meses. Pela terceira vez, com seis meses de trabalho.

O valor do abono salarial (destinado ao trabalhador que teve no ano anterior ganho médio de no máximo dois salários mínimos) não será mais de um salário mínimo, mas proporcional ao período trabalhado. Se o trabalhador ficou empregado seis meses, receberá metade de um salário mínimo. O tempo mínimo de trabalho exigido no ano anterior sofreu alterações. Os 30 dias exigidos na regra atual passam para 90, que não precisarão ser ininterruptos.

O seguro-defeso é uma espécie de seguro-desemprego pago aos pescadores durante o defeso (período determinado pelo Ibama para a proteção da espécie pescada, possibilitando a procriação). Em 2015, esse período vai de abril a agosto. A proposta aprovada manteve as regras atuais, mas passou a responsabilidade pelo cadastro do benefício do Ministério do Trabalho para o Ministério da Previdência Social. O valor é de um salário mínimo.

Críticas

A aprovação da MP 665 foi marcada por críticas ao texto, até mesmo entre governistas. A sessão do Senado chegou a ser suspensa em razão de manifestações nas galerias. Senadores contrários à medida usaram todas as oportunidades para



Senadores durante a votação de ontem: MP que trata de benefícios trabalhistas foi aprovada após cinco horas de debates

tentar atrasar a votação.

Grande parte das críticas se concentrou no ministro da Fazenda, Joaquim Levy. Os senadores lembraram o fato de o governo basear o ajuste fiscal em medidas que prejudicam os trabalhadores, apesar de, na campanha eleitoral, Dilma ter afirmado que não faria isso.

— O Partido dos Trabalhadores hoje trai a sua essência — disse a ex-petista Marta Suplicy (SP), atualmente sem partido.

Apesar das críticas, os senadores rejeitaram todos os

11 destaques (pontos do texto votados separadamente). O destaque em que se esperava maior discussão era o que tratava do abono salarial.

O líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), afirmou que votaria a favor da MP porque o governo se comprometeu a vetar a parte do texto que prevê a exigência de 90 dias de trabalho para a obtenção do abono. Não houve, porém, compromisso de veto sobre a proporcionalidade no pagamento.

Para Antonio Carlos Valada-

res (PSB-SE), João Capiberibe (PSB-AP) e Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), a mudança no abono salarial é inconstitucional.

— Agora o abono será pago à proporção dos meses trabalhados, o que fere o preceito constitucional. Está lá escrito com todas as letras: pagamento de um salário mínimo. Não se fala em pagamento proporcional — argumentou Cássio.

“Vampiro do CTI”

José Agripino (DEM-RN) disse que seu partido recorrerá ao Supremo Tribunal Federal

(STF) alegando a inconstitucionalidade do texto.

Para Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o governo dificulta a concessão de benefícios no momento em que o desemprego sobe “de modo assustador”.

Roberto Requião (PMDB-PR) também criticou:

— Não ao reajuste-Levy! Não à recessão e ao desemprego! Não à precarização do trabalho!

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) afirmou que o caminho de política econômica proposto pelo ministro Levy está a serviço do capital financeiro e contra os interesses dos trabalhadores.

De acordo com Marcelo Crivella (PRB-RJ), Levy é chamado nas ruas de “vampiro do CTI”:

— Eu pediria que o ministro da Fazenda, num momento crítico como este, não colocasse o peso na classe trabalhadora.

Magno Malta (PR-ES), Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) criticaram os cortes no Orçamento em saúde e educação. Aécio Neves (PSDB-MG) defendeu a redução de ministérios.

O líder do PT, Humberto Costa (PE), pediu um voto de confiança no ajuste fiscal, “a base para a retomada do projeto de governo”.

Cortes contribuem para agravar recessão, diz Renan

Antes da votação, Renan disse que os cortes propostos no ajuste fiscal estão “no caminho errado”, contribuindo para agravar a recessão.

— Vamos tentar votar hoje [ontem] e amanhã [hoje], mas nunca é demais lembrar que o ajuste parece estar na contramão, no caminho errado. Precisamos dar qualidade ao ajuste, fazê-lo na medida certa. O que estamos vendo é o aprofundamento da recessão, do desemprego, da diminuição da massa salarial. A economia está esmorecendo e o ajuste não pode agravar esse cenário — avaliou.

Conforme Renan, há consenso quanto

à necessidade do ajuste, mas um grande dissenso sobre qual ajuste o Brasil deve fazer. Ele considera inevitável o corte de gastos pelo governo federal, mas avalia como medida de maior eficácia a extinção de ministérios e de cargos comissionados.

— Essa é a próxima e inevitável etapa pela qual o governo vai ter que passar. O ideal, que pegaria muito bem para o país, seria que o governo tomasse a iniciativa em relação a corte de ministérios e de cargos em comissão. Cortar o Orçamento e manter 39 ministérios é uma coisa que não parece consequência de um processo lógico.

Flexa defende redução de ministérios e de cargos

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) anunciou que vai votar contra as propostas do ajuste fiscal e que vai trabalhar pela derrubada das medidas provisórias.

Criticou os cortes orçamentários de quase R\$ 70 bilhões, divulgados na sexta-feira, incluindo R\$ 9,4 bilhões do orçamento da educação, e disse que essa deveria ser a última opção do governo.

Antes de cortar direitos trabalhistas e previdenciários e o Orçamento, Flexa disse que o governo Dilma deveria reduzir o tamanho da máquina pública, reduzindo o número de ministérios e de cargos comissionados.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Paulo Paim critica propostas e garante voto contrário

Paulo Paim (PT-RS) se manifestou ontem contra as MPs 664 e 665, que fazem parte do ajuste fiscal. Horas antes da votação da MP 665, o senador leu em Plenário manifesto de várias centrais sindicais e confederações trabalhistas que pediam ao Senado a rejeição das propostas. Ele disse que votaria contra as medidas, que considera “altamente prejudiciais à classe trabalhadora”.

Paim também reafirmou posição contrária ao projeto da terceirização na forma como veio da Câmara (PLC 30/2015) e pediu a colaboração da sociedade para rejeitar a proposta:

— Qualquer cidadão de bem tem obrigação de nos ajudar a rejeitar esse projeto.

Centrais sindicais enviam manifesto contra medidas

Manifesto de 25 centrais e confederações trabalhistas pediu ao Senado a rejeição das MPs 664 e 665, parte do ajuste fiscal. As organizações, que representam cerca de 40 milhões de trabalhadores, avaliam as MPs como “um grave ataque aos direitos previdenciários e trabalhistas”. Nem o fim do fator previdenciário, incluído na MP 664 pela Câmara, dizem, justificaria a aprovação.

O texto foi lido por Paulo Paim (PT-RS) ontem em reunião da CDH.

Cristovam sugere que Dilma busque entendimento

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse ontem que a presidente Dilma Rousseff deveria admitir os erros do governo que criaram a necessidade do ajuste fiscal. E sugeriu que ela busque o entendimento para superar a crise, convidando inclusive a oposição para conversar. O senador afirmou, contudo, que o desajuste vivido pelo país não é só conjuntural nem só fiscal, é também estrutural e histórico.

Para ele, entre as medidas que o governo deveria adotar, estão a redução no número de ministérios, a negociação para alongar o pagamento da dívida pública e o aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos para 30%, e não apenas para 20%.

Audiência conjunta de comissões do Senado e da Câmara com o presidente do Banco Central não convenceu parlamentares de que o cenário vai mudar no curto prazo

Economia melhora ainda em 2015, diz Tombini

O BRASIL INICIARÁ recuperação gradual da economia ainda em 2015, o que baixará a inflação dos atuais 8% para 4,5% no final de 2016, segundo o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini. Ele participou ontem de audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO), em cumprimento ao que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. A audiência foi conjunta com outras comissões do Senado, como a de Assuntos Econômicos (CAE) e a de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle (CMA); e da Câmara, como a de Finanças e Tributação, a de Fiscalização Financeira e Controle e a de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

— Os ajustes de preço pressionam a inflação no curto prazo. Desde abril, ela recua, mas, para atingir o objetivo de 4,5%, no final de 2016, é imprescindível que a política monetária mantenha-se vigilante, em sintonia com o conjunto da política macroeconômica — afirmou o presidente do Banco Central.

Tombini disse que a economia brasileira passa por ajustes “importantes e necessários” e que 2015 será um ano de transição e de construção de bases mais sólidas para a retomada do crescimento. A retração atual implica nível econômico mais reduzido.

No setor externo, Tombini afirmou que o Brasil apresenta balanço de pagamento equilibrado, com a economia atraindo capital estrangeiro para financiar o resultado do déficit das transações correntes. O



Tombini (3º à esq.) apresenta cenário econômico, com redução de inflação em 2016 e recuperação econômica ainda neste ano

comportamento do balanço de pagamento “é normal neste e nos anos à frente”, afirmou.

Tombini observou que o governo vem propondo medidas fiscais, como a eliminação de subsídios e o realinhamento de tarifas públicas, para assegurar trajetória favorável à dívida pública e o aperfeiçoamento de incentivos, com regras mais sustentáveis para acesso a benefícios sociais.

— As medidas contribuirão para que a transição seja mais rápida e os benefícios comecem a aparecer. O fortalecimento da política fiscal, rigorosamente conduzido, facilita ao longo do tempo a convergência da inflação para o centro da meta — afirmou.

Juros

Tombini sustentou que a alta dos juros é um instrumento da política monetária que “infelizmente” tem que ser aplicado para reduzir a inflação. Ele afirmou que o Brasil cresceu 20% entre a crise global de 2008

e os dias atuais, com a adoção de políticas fiscais de injeção de estímulos.

— O que estamos fazendo agora é restabelecer fluxos fiscais, ajustar algumas perdas de receitas decorrentes de ajuste da política fiscal do passado. Esse é um conjunto todo para restabelecer as bases da política fiscal e preparar o Brasil para um novo ciclo de crescimento econômico sustentável. Afetado em suas receitas, o governo tem que fazer ajuste pelo lado das despesas no momento em que a economia está vigorosa.

O otimismo de Tombini em relação ao futuro da economia

foi criticado pelos deputados, que apontaram o aumento de impostos, do desemprego, da inflação, da carga tributária, do endividamento das famílias e dos juros no financiamento imobiliário. Tombini evitou responder perguntas sobre as manobras fiscais do governo e tecer considerações sobre o repasse de recursos de bancos públicos ao Tesouro para pagamentos de benefícios fiscais.

Inflação

O presidente do BC explicou que essas operações não seriam caracterizadas como empréstimos, mas como con-

tratos de prestação de serviços, de acordo com parecer da Controladoria-Geral da União. Garantiu que as instituições financeiras brasileiras seguem os princípios da política de prevenção de lavagem de dinheiro. Questionado sobre quais seriam suas três maiores preocupações atuais, em ordem de importância, Tombini citou “inflação, inflação e estabilidade do sistema financeiro”.

Ele explicou que o BC não atua como órgão de controle fiscal e de contabilidade da União. Porém, disse que há metodologia para acompanhar as transações financeiras do governo, tendo detectado os repasses do Tesouro à Caixa Econômica para pagamento de benefícios sociais.

Tombini avaliou que a economia global continua em recuperação, impulsionada pelo crescimento dos Estados Unidos, o que contribui para fortalecer o dólar americano perante várias moedas. No entanto, a recuperação econômica da Europa continua fraca e desigual, mas com tendência de melhoras futuras. O Brasil, segundo ele, tem que estar com a economia em ordem e estabilizada quando a recuperação mundial estiver consolidada.

Mantega deve falar sobre “pedaladas fiscais”

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai convidar o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega para discutir em audiência pública “as manobras contábeis executadas pelo governo federal no âmbito das contas públicas nos

últimos anos”. As manobras ficaram conhecidas como “pedaladas fiscais”. Com elas, o governo usou bancos públicos para cobrir despesas que deveriam ter sido pagas com recursos do Tesouro no fim do ano passado. A CAE também

decidiu convidar para audiência o procurador do Ministério Público no Tribunal de Contas da União (TCU) Júlio Marcelo de Oliveira e o auditor do TCU Antônio Carlos d’Ávila. Os requerimentos são de Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Comissão de assuntos federativos faz 1ª reunião hoje



O senador Walter Pinheiro (PT-BA) convocou para hoje a primeira reunião da comissão especial destinada a debater e propor soluções para o aprimoramento do pacto federativo. Designado para coordenar os trabalhos pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, Pinheiro disse que pretende, logo após instalada a comissão, já iniciar as atividades.

— Vamos dar sequência à proposta inicial de reunir as principais proposições que tramitam na Casa e criar uma nova relação com a União e os mecanismos de partilha da receita dos tributos arrecadados entre os entes da Federação, com enfoque no desenvolvimento regional, um dos principais motores da

economia local e nacional — afirmou o senador.

De acordo com Pinheiro, os vários projetos sobre o tema serão identificados e reunidos para votação a fim de que o Senado possa “dar sua contribuição à solução da crise e à sustentação do país, que começa nos municípios, passa pelos estados e depois chega à União”.

Fortalecimento

Após definir o desenvolvimento regional como motor da economia, o senador disse que “não haverá crescimento sem que estados e municípios sejam fortalecidos”. De acordo com Pinheiro, o verdadeiro ajuste econômico passa pelo fortalecimento dos estados e dos municípios.

— Nessa hora, não tem partido. Aqui, os estados e municípios são prioridades. O

encontro com os governadores tem que ser traduzido em ações práticas no Plenário do Senado — afirmou.

A comissão instalada é fruto da reunião dos senadores e deputados, ao lado de Renan Calheiros e do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, com os governadores, ocorrida na semana passada.

Além de Walter Pinheiro, o colegiado conta com a senadora Simone Tebet (PMDB-MS), vice-presidente, e o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), que foi designado relator.

A comissão terá 15 membros e prazo de 90 dias para debater e propor soluções aos encaminhamentos dos temas federativos levantados pelo grupo.

A reunião da comissão está marcada para as 11h, na sala 19 da Ala Alexandre Costa.

Renan recebe reivindicações de setor sucroalcooleiro e agricultores

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem representantes dos produtores de açúcar e álcool de Alagoas, que apresentaram sugestões para enfrentar a crise do setor. Uma das propostas é elevar a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente na gasolina, hoje em R\$ 0,22 por litro.

Para os empresários, se a Cide fosse maior, estimularia os donos de carros flex a usarem o etanol.

— A frota nos permite projetar um potencial consumidor de 32 bilhões de litros — disse José Ribeiro Toledo Filho, presidente da Cooperativa Regional dos Açúcares e Álcool de Alagoas.

Renan disse que vai buscar diálogo com o governo e tentar encontrar uma solução para

o setor, que emprega mais de 1 milhão de pessoas.

O senador também recebeu representantes da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), que pediram que, na agricultura, a terceirização seja estendida à atividade-fim. Proposta que regulamenta a terceirização (PLC 30/2015) está no Senado.

Para a Aiba, terceirizar a área-fim possibilitará a contratação de mão de obra sazonal em períodos específicos, principalmente os de colheita, além de permitir o emprego de profissionais especializados em atividades necessárias aos agricultores, sem o sobrepeso de encargos e obrigações.

O presidente do Senado, que é contra a terceirização geral e irrestrita, se comprometeu a estudar o pedido.



Ataídes (C), presidente da CPI, e Donizeti (D), vice, conversam com Frederico Paiva (E), que coordena as investigações no Ministério Público, e José Alfredo Silva

CPI do Carf recebe informações de procuradores da Operação Zelotes

Comissão parlamentar de inquérito investiga suposto esquema de sonegação fiscal envolvendo empresas e funcionários públicos

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito (CPI) do Conselho Administrativo de Recursos Federais (Carf) recebeu ontem dois integrantes da força-tarefa do Ministério Público Federal que atuam na Operação Zelotes. Na reunião, houve troca de informações que devem ajudar a CPI a delinear o plano de trabalho.

Coordenada pelo presidente da CPI, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), a reunião contou ainda com a participação do vice-presidente da comissão, Donizeti Nogueira (PT-TO), e da relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). O Ministério Público foi representado pelos procuradores Frederico Paiva, que coordena as investigações, e José Alfredo de Paula Silva.

— Vamos trabalhar compartilhando informações. Assim sendo, a produtividade e o

sucesso desta comissão serão mais positivos — disse Ataídes.

O procurador Frederico Paiva destacou que a CPI pode contribuir de modo positivo para a análise de falhas na estrutura do Carf e contribuir com sugestões de medidas para a reformulação do órgão.

José Alfredo disse que o Ministério Público já pediu o levantamento do sigilo das investigações, mas o pedido foi negado pela Justiça. Porém, lembrou que as CPIs têm poderes de investigação iguais aos das autoridades judiciais. Assim, não há impedimento a que tenha acesso ao material já produzido pelas investigações.

Esquema

A Operação Zelotes, conduzida pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, investiga o que vem sendo apontado

como um dos maiores esquemas de sonegação fiscal no país. As investigações começaram em março, a partir de denúncias em carta anônima. A suspeita é que quadrilhas atuavam no Carf, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, revertendo ou anulando cobranças de tributos e multas.

O Carf é um tribunal administrativo formado por representantes da Fazenda e contribuintes (empresas). Atualmente, julga processos que somam R\$ 580 bilhões. Está sob suspeita 74 processos, que envolvem R\$ 19 bilhões em valores devidos ao fisco. A Polícia Federal já confirmou prejuízo de R\$ 6 bilhões.

O presidente da CPI disse que, por enquanto, é necessário manter silêncio sobre as informações recebidas. Os trabalhos do Ministério Pú-

blico correm em segredo de Justiça. A comissão fará ainda reuniões com a Polícia Federal e a Receita Federal antes de definir o plano de trabalho.

Na instalação da CPI, na semana passada, a comissão aprovou um requerimento solicitando o envio formal das informações produzidas pelas instituições que investigam o esquema. Segundo Ataídes, é possível que as informações já estejam com a comissão na próxima segunda-feira.

Vanessa salientou que as reuniões prévias serão úteis na modelagem do plano de trabalho. Ela disse que a CPI pretende colaborar com os órgãos de investigação que já trabalham no caso:

— É algo que interessa muito ao país. Estamos falando de possíveis desvios de recursos de cifras estratosféricas.

CPI do HSBC cancela reunião que analisaria ida de senadores à França

A CPI do HSBC cancelou ontem reunião que analisaria requerimentos. O primeiro item da pauta seria o requerimento de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) que solicita o envio de comissão de senadores à França. O objetivo é ouvir o franco-italiano Hervé Falciani, ex-funcionário do HSBC em Genebra, que reuniu dados de 106 mil contas de clientes de 203 países, em lista conhecida como Swissleaks. Randolfe quer obter acesso a informações sobre clientes brasileiros dessa filial.

As contas passaram a ser investigadas por supostas irregularidades. Os depósitos superavam US\$ 100 bilhões, sendo que o Brasil é o quarto colocado no número de clientes.

A Receita Federal já recebeu arquivos eletrônicos sobre os brasileiros, mas não pode compartilhar os dados com a CPI por determinação das autoridades francesas.

— Os dados são indispensáveis para conduzirmos as investigações. É sobre essa base que poderemos separar quem tem conta regular nessa agência do HSBC na Suíça de quem cometeu crime de evasão fiscal e quem, além disso, tem dinheiro ilícito no exterior proveniente de outros crimes — explicou Randolfe, vice-presidente da CPI, em entrevista à Radio Senado.

A Receita informou ontem que identificou 5.581 contas ativas e inativas de brasileiros no HSBC da Suíça, das quais 1.702 apresentavam saldo de cerca de US\$ 5,4 bilhões ao final de 2006.

Outros requerimentos pedem a quebra do sigilo fiscal de 16 pessoas, entre eles o doleiro Henry Hoyer (investigado pela Lava-Jato), o ex-diretor do metrô paulista Paulo Celso Mano e duas irmãs do deputado Paulo Maluf (PP-SP), Therezinha e Nely.

Comissões sabatinam e votam na terça indicados ao Cade e à ANA

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) terão mais uma semana para analisar e votar cinco indicações da presidente Dilma Rousseff para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Ontem, foram lidos os relatórios e concedida vista coletiva para que a sabatina e a votação sejam feitas na terça-feira. Todas as indicações receberam votos favoráveis dos relatores.

Waldemir Moka (PMDB-MS) destacou o fato de quatro dos indicados serem jovens e servidores públicos de carreira, aprovados por concurso público. Além disso, ressaltou, os cinco candidatos têm excelente formação profissional e experiência acadêmica.

Para superintendente-geral, o indicado é Eduardo Frade Rodrigues. Os quatro indicados para conselheiros são João Paulo de Resende, Paulo Burnier da Silveira, Alexandre

Cordeiro Macedo e Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt.

Também na terça, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) vai sabatar Ney Maranhão, indicado ao cargo de diretor da Agência Nacional de Águas (ANA). Ontem, após a leitura do relatório de Otto Alencar (PSD-BA) atestando que o indicado atende os requisitos para o cargo, foi concedida vista coletiva por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que presidiu a sessão.

Maranhão foi superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos da ANA e hoje é secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente e secretário-executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Após a sabatina, a indicação será submetida a votação secreta na CMA, seguindo para decisão final em Plenário.

Reforma equivocada pode piorar imagem do Congresso, alerta Viana

Jorge Viana (PT-AC) alertou para a possibilidade de o Congresso, já com baixo índice de aprovação pela sociedade, piorar sua imagem com os debates e votações da reforma política.

Ele lamentou que, em vez de discutir propostas que acabam com financiamento privado de campanha, criminalizam caixa dois e põem fim às coligações, a Câmara pretenda votar projetos que podem piorar o modelo vigente, como o que institui o “distritão” — que, para o senador, retira a importância do voto em legenda. Viana lamentou ainda propostas que acabam com a reeleição.

Vanessa defende cotas para mulheres no Parlamento

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) quer que a reforma política considere medidas inclusivas para as mulheres, como a norma que fixa o máximo de 70% de parlamentares do mesmo gênero em cada Casa legislativa. Segundo a senadora, apesar da lei de cotas para candidaturas femininas, o Brasil está atrás de quase todas as nações das Américas.

— A maioria dos países do mundo adota política de cota, e a presença das mulheres no Parlamento dialoga diretamente com a política eleitoral do país. E a nossa política eleitoral é o que barra a mulher.

Reguffe quer aproximar cidadão comum da política

“Do jeito que a política está, em pouco tempo não haverá gente de bem.” O alerta foi dado por Reguffe (PDT-DF), ao defender uma reforma profunda que facilite o acesso da pessoa comum à política.

Entre as sete propostas que ele apresentou sobre mudança na legislação eleitoral, está a adoção do voto distrital para deputados. Cada estado seria dividido em distritos e cada distrito elegeria um deputado.

— Quando se diminui a área geográfica da campanha, torna-se a política mais acessível ao cidadão comum e facilita-se a fiscalização pelo eleitor.

Sugestão foi apresentada pelo Conselho Federal de Medicina em audiência na Comissão de Direitos Humanos sobre o assunto

Comissão acolhe projeto sobre cadastro de crianças desaparecidas

DURANTE AUDIÊNCIA PÚBLICA da Comissão de Direitos Humanos (CDH) que discutiu ontem o desaparecimento de crianças e adolescentes no país, o presidente da Comissão de Ações Sociais do Conselho Federal de Medicina (CFM), Ricardo Paiva, entregou sugestão de projeto de lei que foi encampada pelo presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS). Segundo o senador, a proposta será encaminhada à assessoria da CDH para apresentação formal. A sugestão determina que boletins de ocorrência policial envolvendo desaparecimento de menores de idade no país sejam imediatamente enviados ao Ministério da Justiça para serem publicados em página própria na internet. A informação deverá ser acompanhada de fotos do boletim e do jovem desaparecido.

— Esse site deverá ser atualizado diariamente. A princípio pode parecer difícil, mas não é. Com a tecnologia de hoje, dá pra fazer pelo WhatsApp



Senador Paulo Paim (C), presidente da CDH, encaminhou projeto para formalização pelo colegiado

— garante Paiva.

O projeto também estabelece que todo recém-nascido deverá ter registro de identidade. O presidente do CFM, Carlos Vital, lembrou a condição gravíssima do desaparecimento de menores de idade em nosso país, com casos ligados à ação do crime organizado, à exploração sexual e ao tráfico de órgãos.

A representante da Secretaria de

Direitos Humanos da Presidência da República, Maria Izabel da Silva, informou que parceria do governo federal com o Facebook possibilitará a abertura de um site na internet, que estará no ar “em no máximo 30 dias” e será atualizado diariamente, contendo informações sobre jovens e crianças desaparecidas. Participa também da articulação a ONG Desaparecidos.org, que já tem página própria na internet.

Painel de votações do Plenário tem novas funções

O presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou ontem as novas funcionalidades do painel eletrônico de votações do Plenário.

— Hoje estamos inaugurando mais um avanço do nosso sistema de votação eletrônica. Agora, o painel do Plenário registra a orientação das lideranças, permitindo que um senador que adentre o recinto durante uma votação possa, rapidamente, identificar como se posicionou o seu partido — disse.

O novo sistema do painel permite que as votações simbólicas sejam feitas com base na posição adotada pelas lideranças, computadas as presenças em Plenário. Também mostra quais senadores registraram presença, mas ainda não votaram o projeto em análise no momento.

— Além disso, o novo sistema implementou uma nova rotina de segurança, com a biometria dos senadores, que permitirá, muito em breve, o uso das digitais nas votações ordinárias no Plenário.

Mangabeira: corte não prejudica Pátria Educadora

O corte de R\$ 9,42 bilhões nos recursos do Ministério da Educação para 2015 (19,3% do orçamento da pasta) não deverá inviabilizar a implementação do projeto Pátria Educadora, segundo o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Mangabeira Unger. Ele participou ontem de audiência da Comissão de Educação (CE).

— Não há contradição entre a necessidade de absorver os cortes e o compromisso do projeto de qualificação do ensino básico (missão do Pátria Educadora). Primeiro, porque os cortes são temporários e de curto prazo, enquanto o Pátria Educadora é de médio e longo prazo. Segundo, porque os cortes têm a ver com o Fies [financiamento estudantil] e o Pronatec [ensino técnico], que se destinam a ampliar o acesso ao ensino, e o Pátria tem a ver com a qualificação do ensino. Terceiro, porque muitas das medidas propostas não custam um único centa-



Ministro de Assuntos Estratégicos diz que muitas medidas são sem custo

vo, como um novo desenho federativo para a educação pública — disse Mangabeira.

Piso

Apesar de reconhecer que a remuneração digna aos professores é “imprescindível”, ele acredita que o aumento do salário, por si só, não “produz muito resultado”. Mais necessário, disse, é definir a estratégia de progressão na carreira.

As senadoras Simone Tebet (PMDB-MS) e Fátima Bezerra (PT-RN), vice-presidente da CE, pensam de outra forma. Simone acredita que a estru-

ção do piso é tão importante quanto a da carreira, já que os baixos salários afastam os professores de sua vocação. Já Fátima disse não ser possível negligenciar as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) sobre remuneração e qualidade do ensino.

“Obra libertadora”

Telmário Mota (PDT-RR) e Marta Suplicy (PT-SP) indagaram sobre os desafios de colocar o projeto em prática. Mangabeira deu duas possibilidades como ponto de partida: a apresentação, pelo governo, de um currículo nacional até meados de 2016 (exigência do PNE) e o desenho de uma cooperação federativa para a educação básica.

— O constrangimento do ajuste fiscal não é razão para adiar a iniciativa. As duas ações conjuntas custam ideias e negociação, mas não dinheiro — disse Mangabeira, pedindo ajuda do Senado para “chamar toda a nação a participar dessa obra libertadora”.

Serviço social obrigatório para médicos será tema de audiência

Foi aprovado ontem na Comissão de Educação (CE) requerimento de Paulo Paim (PT-RS) para audiência sobre projeto que obriga médicos recém-formados em faculdades públicas ou privadas com financiamento público a exercerem a profissão, por dois anos, em municípios com menos de 30 mil habitantes ou em comunidades carentes (PLS 168/2012). A data do debate ainda não foi marcada.

— É uma boa polêmica e por isso estou chamando todas as partes interessadas — disse Paim, relator do texto.

O projeto, de Cristovam Buarque (PDT-DF), institui o exercício social da profissão para recém-formados que tiveram a graduação custeada com verba pública. O serviço deverá ser feito logo após o fim do curso, em jornada integral e exclusiva de 40 horas semanais, com contrato regular de trabalho, financiado pela rede de saúde à qual o recém-

formado estiver vinculado.

Paim apresentou substitutivo favorável ao PLS 168 e pela prejudicialidade do PLS 79/2013, do ex-senador Jayme Campos, que tramita em conjunto. O texto chegou a ser incluído na pauta da CE em março, mas foi retirado a pedido de Ronaldo Caiado (DEM-GO). Ele sugere, em vez da obrigatoriedade do serviço social, o acesso irrestrito dos recém-formados ao Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (ProvaB), que oferece a oportunidade aos profissionais de saúde de atuar, durante um ano, em localidades carentes.

Simone Tebet (PMDB-MS) sugeriu substituir a obrigatoriedade pela livre adesão de beneficiários do Fies, que teriam como contrapartida a isenção das parcelas do financiamento. Lasier Martins (PDT-RS) quer estender a exigência a recém-formados de outras áreas, como advogados, engenheiros e arquitetos.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Avança ajuda a estados produtores de petróleo

Plenário analisará projeto aprovado na CAE que dá maior liberdade para tomar empréstimos a estados e municípios que perderam arrecadação com a queda no preço do petróleo

ESTADOS E MUNICÍPIOS que tiveram perda de arrecadação com a exploração de petróleo, gás natural, recursos minerais e recursos hídricos (para geração de energia elétrica) poderão tomar empréstimos como antecipação de receitas sem se sujeitar aos limites de endividamento previstos na Resolução 43/2011 do Senado.

A excepcionalidade é aberta no PRS 15/2015, de Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Rose de Freitas (PMDB-ES), aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta, que recebeu relatório favorável de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), restringia a autorização às unidades federativas produtoras de petróleo, mas emendas de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), respectivamente, incluíram as compensações pelo uso de recursos hídricos e pela exploração de minérios.

Estados e municípios produtores de petróleo perderam receita depois que o barril do produto caiu de US\$ 115, em agosto de 2014, para US\$ 45, em dezembro do mesmo ano. Em janeiro de 2015, o barril continuou sendo comercializado por menos de US\$ 50 e



Proposta dos senadores Marcelo Crivella e Rose de Freitas beneficia municípios como Macaé (RJ)

estima-se que neste ano o valor médio fique em torno de US\$ 60.

Os autores argumentam que, em fevereiro de 2015, a estimativa de perda média dos municípios do Rio de Janeiro era de 37,24% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Essa redução, na avaliação de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), não foi prevista por nenhum analista. José Agripino (DEM-RN) disse que esses estados e municípios entrarão em colapso se a proposta não for aprovada.

Para Omar Aziz (PSD-AM), a antecipação da receita joga o problema para a frente. Roberto Requião (PMDB-PR) atribuiu os problemas enfrentados por estados e municípios à “política recessiva do governo federal”.

José Medeiros (PPS-MT) sugeriu incluir no PRS 15/2015 as unidades da Federação que não receberam compensações pela desoneração das exportações previstas na Lei Kandir.

José Pimentel (PT-CE) leu nota técnica do governo apontando dois problemas na proposta: a controvérsia

jurídica que envolve a partilha dos royalties e a volatilidade dos preços do petróleo. Para o governo, como o barril dificilmente voltará ao patamar de US\$ 100, esses municípios teriam dificuldade de pagar empréstimos tomados como antecipação de receitas.

Além disso, observou Pimentel, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia suspendeu, em caráter cautelar, dispositivos que preveem novas regras de distribuição dos royalties do petróleo contidas na Lei 12.734/2012.

Se a decisão cautelar não for referendada pelo Plenário da Corte, valeriam as regras previstas na lei, ou seja, os royalties não pertenceriam apenas aos estados e municípios produtores, mas a todos os outros entes.

No relatório apresentado à CAE, Valadares observou que a proposição não introduz procedimentos inadequados aos mecanismos de controle do endividamento público previstos na Resolução 43/2011.

Segundo o relator, as dívidas contratadas em 2015 e 2016 terão que ser obrigatoriamente pagas até o fim de 2016, no caso dos municípios, e até o fim de 2018, no caso dos estados.

Em debate, torcidas criticam preço do ingresso

Em audiência pública realizada ontem, a comissão mista que analisa a MP 671/2015 (conhecida como MP do Futebol) ouviu representantes de torcidas organizadas. Os convidados dirigiram críticas especialmente aos preços de ingressos e às estratégias de ocupação de estádios.

Os representantes das torcidas argumentaram que a questão da presença de torcedores nas partidas tem a ver com a qualidade do espetáculo do futebol.

— Os principais atores desse espetáculo somos nós, torcedores. Somos consumidores e temos um produto ruim — resumiu André Azevedo, presidente da Associação Nacional das Torcidas Organizadas do Brasil (Anatorg).

Os convidados disseram acreditar que a modernização dos estádios brasileiros, promovida em decorrência da Copa do Mundo de 2014, provocou um encarecimento dos ingressos que “elitizou” as arquibancadas. Rodrigo Fonseca, presidente da Gaviões da Fiel (torcida organizada do Corinthians), falou a respeito do assunto.

— Consideramos perigosa a confusão

que se dá entre a modernização e a exclusão do povo mais pobre. Fizemos as arenas e esqueceram-se de enchê-las. Futebol não é só para a elite. O torcedor da classe D tem que voltar a frequentar os estádios — disse.

Para Gabriel Naman, diretor social da Urubuzada (torcida organizada do Flamengo), existe ainda o problema de que muitas das obras em estádios para a Copa foram feitas com dinheiro público e, no entanto, o público tem pouco acesso a eles.

— Eu paguei pela reforma do Maracanã, mas hoje não posso pagar pelo ingresso. Fora o transporte e a alimentação no estádio, que também são caros. Hoje em dia vemos estádios sem graça, sem jovens, sem pobres. Fazer uma festa numa arena dessas é muito complicado — afirmou.

Os membros das organizadas também criticaram a disseminação dos programas de sócio-torcedor, por meio dos quais os torcedores pagam um valor fixo mensal aos clubes em troca de benefícios, como descontos ou preferência na compra de ingressos. Para eles, esses programas reduzem a oferta de ingressos disponíveis para

quem não pode arcar com um plano de sócio-torcedor.

— Para você ter o ingresso, tem que pagar a mensalidade. O torcedor não tem mais a iniciativa de simplesmente pegar o seu filho e ir ao jogo, porque hoje quase toda venda é digital, ou destinada a sócio — observou André Azevedo, da Anatorg.

O vice-presidente da comissão mista, deputado Andres Sanchez (PT-SP), que foi presidente do Corinthians, apresentou uma perspectiva dos dirigentes. De acordo com ele, o preço crescente dos ingressos tem a ver com os impostos que os clubes precisam pagar. Além disso, seria necessário compensar a arrecadação perdida com as meias-entradas, cuja oferta Sanchez considera excessiva.

Gabriel Naman elogiou o espírito do projeto, por orientar os clubes a adotarem práticas de gestão mais sustentáveis.

— A lei é importante no sentido da moralização. Além de dar aos clubes a possibilidade de terem uma vida mais saudável, pagando suas dívidas, leva a maior eficácia administrativa. Qualquer torcedor quer que seu clube tenha esse tipo de gestão.

Os pressupostos de gestão responsável da MP também são discutidos internamente no Corinthians, segundo relatou Rodrigo Fonseca.

— Grande parte do que é apresentado [na MP] a Gaviões já cobra: maior transparência nos relatórios financeiros e balanços, melhor planejamento e comprometimento de receitas futuras dentro de um limite.

O relator da MP, deputado Otavio Leite (PSDB-RJ), informou que pretende apresentar o relatório na terça-feira.

A MP 671 tem validade até o dia 17 de julho.

Lúcia Vânia diz que vota por ajuste fiscal

Ontem, antes da aprovação em Plenário da MP 665/2014, Lúcia Vânia (PSDB-GO) declarou que votaria pelo ajuste fiscal flexibilizado pela Câmara. Na avaliação dela, essa é a atitude certa para proteger os mais pobres e dar tranquilidade ao povo em relação ao futuro. Frisou, porém, que não votaria pelo governo, nem pela oposição.

A senadora citou artigos na imprensa sobre más notícias da economia e disse que é preciso fazer algo.

— Deixar sangrar o governo não diminui a aflição e a incerteza do futuro. Ver o povo sangrando por falta de atitudes e lideranças é desesperador.



Waldemir Borner/Agência Senado

Telmário: Roraima atrai investidores

Telmário Mota (PDT-RR) destacou ontem, no Plenário, iniciativas do governo de Roraima para atrair investimentos de interessados em explorar o potencial econômico do estado, que tem 496 mil habitantes e crescimento econômico de 79% entre 2002 e 2012.

Ele listou, entre os estímulos concedidos, apoio para aquisição de terras, segurança jurídica, agilidade no licenciamento ambiental, incentivos fiscais, fornecimento de energia e financiamentos bancários.

O senador disse que, com irrigação, a região garante até três safras ao ano e que o investimento no combate à aftosa deve abrir as portas do mercado venezuelano.



Waldemir Borner/Agência Senado



Gabriel Naman, da Urubuzada, elogiou o espírito da MP em audiência presidida por Petecão (3º à esq.)

Defensores dos animais querem proibir definitivamente os experimentos da indústria de cosméticos, enquanto o governo é favorável a projeto de lei que apenas limita a prática

Debatedores divergem sobre testes com animais

A RESTRIÇÃO AO uso de animais em testes na indústria de cosméticos, higiene pessoal e perfumes, estabelecida em projeto de lei da Câmara (PLC), ainda parece longe de consenso, como indicou audiência pública sobre o tema promovida ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Segundo o projeto (PLC 70/2014), os testes só serão admitidos em produtos com ingredientes que tenham efeitos desconhecidos no ser humano e caso não haja outra técnica capaz de comprovar a segurança das substâncias. A abrangência da proposta dividiu os participantes da audiência.

Ativistas se opõem ao uso de qualquer animal em experimentos, argumentando que os testes, além de submeterem os bichos ao sofrimento, não trazem resultados precisos. O Conselho Nacional de Experimentação Animal (Concea), por sua vez, avalia que as pesquisas ainda são necessárias porque não podem ser substituídas em todos os casos.

A controvérsia em torno da questão levou a um impasse: aprovar o projeto da forma como está para ter algum avanço na proteção dos animais ou mudar o texto e lidar com a possibilidade de o país aguardar mais tempo pela vedação, ainda que parcial, do uso de animais em testes.

— Nós vamos ter que esperar aí 4, 5, 20 anos talvez [se o

projeto for alterado e retornar à Câmara], enquanto que, de uma forma ou de outra, ele sendo aprovado da forma que está estaria começando a salvar uma parte dos animais agora — disse o autor do projeto, deputado Ricardo Izar (PSD-SP).

A proposta original baniu qualquer uso de animal na indústria cosmética, o que não foi aceito pelo governo, segundo o parlamentar.

Para Vania Plaza Nunes, do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, o texto atual cria um regime especial para empresas de cosméticos. O problema, segundo ela, está principalmente no parágrafo 8º do artigo 14 do projeto. De acordo com o trecho, os testes poderão ser feitos em até cinco anos após o reconhecimento da técnica alternativa (sem animais) capaz de comprovar que o produto é seguro para uso humano.

— Muitas vezes prazos dão alternativas para que situações críticas se mantenham — disse.

Para o presidente da ONG Veddas, George Guimarães, a aprovação do projeto como está representa um retrocesso. Ele quer a proibição total dos testes em animais.

— É melhor que levem anos do que aprovar como está — disse, ao recomendar a supressão do parágrafo 8º.

De acordo com o professor Thales de Astrogildo e Tréz, da Universidade Federal de



Audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia apontou que consenso sobre o tema ainda pode estar distante

Alfenas (MG), os estudos de toxicidade, que avaliam os efeitos de substâncias químicas sobre os organismos, utilizam apenas 9% dos animais hoje submetidos a testes. Para ele, os testes com animais não trazem resultados precisos.

— O fato é que existem estudos recentes que têm revelado a discrepância entre dados obtidos em animais e humanos — assinalou.

Dados confiáveis

Embora a área científica tenha dado um passo significativo no desenvolvimento de alternativas ao uso de animais nos experimentos, há um longo caminho a percorrer para substituir todos os testes com animais, conforme o coordenador do Conselho Nacional de Controle de Ex-

perimentação Animal, José Mauro Granjeiro.

O prazo de cinco anos, segundo ele é necessário porque o país não dispõe de locais capazes de seguir todos os princípios de boas práticas de laboratório, cujo objetivo é garantir a geração de dados confiáveis e de alta qualidade.

— Se a mudança for imediata, a repercussão também é imediata. Eles [as empresas] acabam mandando os ensaios para fora do país — disse.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) também defende a aprovação do projeto. Assessor do órgão, Joel Majerowicz observou que o principal objetivo dos testes em animais é encontrar soluções para o tratamento efetivo ou preventivo de doenças.

Relator do PLC 70/2014, Cristovam Buarque (PDT-DF) vai estudar se a retirada do parágrafo 8º representará apenas um ajuste de redação ou uma mudança de mérito, o que acarretaria o retorno do projeto à Câmara. Para o senador, é preciso acabar com o uso de animais em testes para cosméticos, mas ele não concorda com limitações a pesquisas de novos tratamentos para doenças humanas.

— A gente vai colocar a defesa dos direitos dos animais na frente, por exemplo, das pesquisas para acabar com a raiva, com o Parkinson, com o Alzheimer, com o câncer? Eu não fiz essa opção tão grande pelos animais, contra o bem-estar e a saúde dos seres humanos — afirmou.

Cristovam, que preside a CCT, disse estar surpreso com as manifestações de internautas por meio de canais de interatividades do Senado, que foram unânimes em condenar os testes com animais.

Márcio Lorencini, gerente de Avaliação de Produtos e Assuntos Regulatórios do Grupo Boticário, afirmou que a empresa não faz experimentações que envolvam o uso de animais no desenvolvimento de produtos.

Ação de ativistas fez discussão ganhar força

A discussão sobre o uso de animais em testes e pesquisas de cosméticos ganhou força após o caso do Instituto Royal. Em outubro de 2013, 178 cães da raça beagle e 7 coelhos usados em pesquisas foram retirados por ativistas e moradores de São Roque, no interior paulista, de uma das sedes do instituto.

O PLC 70/2014 tramita em conjunto com o PLS 438/2013, de Valdir Raupp (PMDB-RO), e o PLS 45/2014, de Alvaro Dias (PSDB-PR). Conforme o texto debatido ontem, a pesquisa em animais será banida quando os ingredientes utilizados em cosméticos, perfumes ou produtos de higiene pessoal forem comprovadamente seguros para uso

humano ou quando se tratar de produto cosmético acabado, a ser definido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Quando houver produto com efeito desconhecido, a proibição de uso de animais só será aplicada em até cinco anos contados do reconhecimento de uma técnica alternativa.

Senadores anunciam manifesto contra PEC da demarcação



Líder indígena é entrevistada ao lado de Capiberibe, Randolfe e Cristovam

João Capiberibe (PSB-AP), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) apresentaram ontem manifesto pela rejeição da Proposta de Emenda a Constituição (PEC) 215/2000, que transfere para o Congresso a competência de demarcar, classificar e homologar terras indígenas, unidades de conservação e territórios quilombolas. O manifesto foi proposto por entidades de defesa dos direitos indígenas e quilombolas e já conta com a assinatura de 42 senadores.

Capiberibe explicou que a PEC, ainda na Câmara, ameaça todas as garantias constitucionais dos povos indígenas e quilombolas, por isso não pode ser aprovada pelo Senado. Se o Congresso aprovar, o processo de demarcação das terras, hoje a cargo do Executivo, seria ainda mais demorado.

— As assinaturas do manifesto são conscientes quanto à importância dessa demanda. Conversei com a maioria dos senadores e expliquei-lhes a importância do nosso apoio

para os índios. Acredito que nenhum senador irá retirar seu nome — disse.

Entre as assinaturas do manifesto, estão a do presidente da Casa, Renan Calheiros, e dos líderes do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), do PMDB, Eunício Oliveira (CE), e do governo, Delcídio do Amaral (PT-MS). De acordo com Sonia Guajajara, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, o apoio do Senado é de suma importância. Ela acrescentou que a PEC é inconstitucional.